

ESCREVENTE JUDICIÁRIO III

10/06/2012

PROVAS OBJETIVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 08
Organização do Poder Judiciário no Brasil e em Goiás	09 a 16
Noções de Direito Constitucional e Administrativo	17 a 24
Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Brasil	25 a 32
Informática básica	33 a 40
Conhecimentos específicos do cargo	41 a 60
PROVA DISCURSIVA	QUESTÕES
Conhecimentos específicos do cargo	1 e 2

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 60 questões da prova objetiva e duas questões da prova discursiva.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta e a folha de resposta das questões discursivas são personalizados e não haverá substituição, em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-los, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. O desenvolvimento das questões discursivas deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta preta, na respectiva folha de resposta. RESPOSTAS A LÁPIS NÃO SERÃO CORRIGIDAS E TERÃO PONTUAÇÃO ZERO.
5. O tempo de duração das provas é de cinco horas, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta o preenchimento das folhas de resposta, a leitura dos avisos e a coleta da impressão digital.
6. Você só poderá se retirar definitivamente da sala e do prédio a partir das 17h30min.
7. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E A FOLHA DE RESPOSTA DAS QUESTÕES DISCURSIVAS AO APLICADOR DE PROVA.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **06**.

Qualidades da boa linguagem na redação forense

A boa linguagem é um dever pessoal do operador do Direito que se mantém preocupado em expressar as ideias com precisão, sem sacrificar o estilo solene que deve nortear a linguagem forense.

É claro que, para levar a cabo tal mister, não se pode utilizar a fala pedante, com dizeres mirabolantes, na qual sobeja a terminologia enrolativa, que vem de encontro à precisão necessária à assimilação do argumento aduzido. A linguagem hermética e "centrípeta" só agrada ao remetente, não ao destinatário. Com efeito, o preciosismo é vício de linguagem marcado pela afetação. Deve-se evitar sacrificar a ideia, fugindo do natural, a fim de causar "impressão", sem lograr transmitir o pensamento com clareza. [...]

Ademais, é comum encontrar operadores do Direito que opinam sobre regência de verbos, concordância de nomes, uso de crase e ortografia, sem que se deem ao trabalho de se dedicar à intrincada tarefa de assimilar as bases da gramática do idioma doméstico. Encaixam-se, portanto, no perfil de ousados corretores que, no afã de corrigirem, extravasam, na verdade, um descaso com o idioma, ao contrário do que pensam exteriorizar: domínio do português. Não é por acaso que, segundo os árabes, "nascemos com dois olhos, dois ouvidos, duas narinas e ...uma boca". É para ter mais cuidado no falar...

Com notável propriedade, Theotônio Negrão ("Revista de Processo", 49/83, p.5) assevera que "o operador do direito que não consegue ter linguagem correta não consegue expressar adequadamente seu pensamento". Em entrevista ao *Jornal do Advogado* (OAB), em 8 de junho de 2001, Miguel Reale, ao ser inquirido sobre quais eram os pré-requisitos para o exercício da carreira do advogado, respondeu:

"Em primeiro lugar, saber dizer o direito. Nos concursos feitos para a Magistratura, para o Ministério Público e assim por diante, a maior parte das reprovações são devidas à forma como se escreve. Há uma falha absoluta na capacidade de expressão. Então, o primeiro conselho que dou é aprender a Língua Portuguesa. Em segundo lugar, pensar o Direito como uma ciência que envolve a responsabilidade do advogado por aquilo que diz e defende. Em terceiro lugar, vem o preparo adequado, o conhecimento técnico da matéria".

Como se nota, o desconhecimento do vernáculo torna o advogado um frágil defensor de interesses alheios, não sendo capaz de convencer sobre o que arrazoa, nem postular adequadamente o que intenciona. Pode até mesmo se ver privado de prosseguir na lide, caso elabore uma petição inicial ininteligível ou em dissonância com as normas cultas da língua portuguesa, uma vez que o Código de Processo Civil, no artigo 156, obriga o uso do vernáculo em todos os atos e termos do processo.

Assim, aquele que peticiona deve utilizar uma linguagem castiça, procurando construir um texto balizado em parâmetros que sustentem a boa linguagem. A comunicação humana precisa ser eficiente, devendo o usuário da linguagem estar atento para as virtudes de estilo ou qualidades do léxico de rigor. [...]

Na oração "Assim, requer o Autor à Vossa Excelência...", há vício gramatical quanto à crase, uma vez que se deve grafar "Assim, requer o Autor a Vossa Excelência...", sem o sinal grave indicador da contração, uma vez que não há crase antes de pronome de tratamento.

Nesse diapasão, observe a frase: "Arquive-se os autos". O equívoco é palmar, na medida em que o sujeito da oração é "autos", devendo o verbo concordar com o sujeito. Portanto, procedendo à correção: "Arquivem-se os autos". [...]

A concisão é qualidade inerente à objetividade e justeza de sentido no redigir. Como se sabe, falar muito, com prolixidade, é fácil; o difícil e invulgar é falar tudo, com concisão. A sobriedade no expor, traduzindo o sentido retilíneo do pensamento, sem digressões desnecessárias e manifestações supérfluas, representa o ideal na exposição do pensar. Não há como tolerar arrazoados e petições gigantes e repetitivas, vindo de encontro aos interesses perquiridos pelo próprio subscritor do petítório, embora, às vezes, não perceba o resultado. [...]

Nas peças forenses, é comum encontrarmos expressões supérfluas, cuja simples supressão importaria em aperfeiçoamento da frase. Observe o exemplo abaixo:

"O acusado foi citado por edital, por não ter sido encontrado pessoalmente".

Procedendo ao devido enxugamento frasal, ter-se-ia:

"O acusado foi citado por edital, por não ter sido encontrado".

Na mesma esteira, deve-se evitar o uso excessivo de advérbios de modo. Evite, portanto, "precariamente", "tocantemente", "tangentemente", "editaliciamente". Observe os exemplos:

"Eles foram editaliciamente citados" (Corrigindo: Eles foram citados por edital.); ou "Tangentemente a esse caso, ..." (Corrigindo: No que tange a esse caso...).

Posto isso, faz-se mister a preservação da boa linguagem, evitando-se distanciar dos postulados acima expendidos, a fim de que possa o causídico alcançar o que se busca: o êxito na arte do convencimento.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Qualidades da boa linguagem na redação forense. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/>>. Acesso: 8 maio 2012. [Adaptado].

— QUESTÃO 01 —

No texto, defende-se a ideia principal de que o

- (A) conhecimento técnico da ciência jurídica tem primazia sobre o conhecimento da língua.
- (B) domínio da gramática pelos profissionais do direito é obrigação prevista em lei.
- (C) uso da linguagem jurídica de forma clara e precisa contribui para o sucesso na argumentação.
- (D) padrão da redação forense em estilo pomposo e eloquente impressiona o interlocutor.

— QUESTÃO 02 —

O potencial destinatário da frase "Assim, requer o Autor a Vossa Excelência..." é o

- (A) juiz de direito.
- (B) escrivão da vara cível.
- (C) escrivão da vara penal.
- (D) advogado das partes.

— QUESTÃO 03 —

No trecho *É claro que, para levar a cabo tal mister, não se pode utilizar a fala pedante, com dizeres mirabolantes, na qual sobeja a terminologia enrolativa, que vem de encontro à precisão necessária à assimilação do argumento aduzido*, o referente de *na qual* é:

- (A) a cabo.
- (B) a fala pedante.
- (C) à precisão necessária.
- (D) à assimilação.

— QUESTÃO 04 —

Leia os quadros a seguir.

QUADRO I	QUADRO II
(1) HERMÉTICO	(W) ADVOGADO
(2) PALMAR	(X) ALEGAÇÃO DAS PARTES NUM PROCESSO JURÍDICO
(3) ARRAZOADO	(Y) DIFÍCIL DE ENTENDER
(4) CAUSÍDICO	(Z) INDISCUTÍVEL

Considerando-se o contexto em que as palavras do quadro I aparecem no texto, qual sequência relaciona adequadamente as palavras do quadro I aos significados apresentados no quadro II?

- (A) 1x, 2w, 3y, 4z.
 (B) 1z, 2y, 3w, 4x.
 (C) 1w, 2x, 3z, 4y.
 (D) 1y, 2z, 3x, 4w.

— QUESTÃO 05 —

Ao explicar que na frase “arquivem-se os autos” o sujeito da oração é “autos”, o autor do texto deixa implícita a ideia de que essa oração

- (A) constitui uma paráfrase de “os autos devem ser arquivados”.
 (B) deve ser substituída por “vocês devem interromper o processo”.
 (C) tem problema contedudístico devido à falta do agente praticante da ação de “arquivar”.
 (D) exemplifica um caso de concordância com objeto implícito “processo”.

— QUESTÃO 06 —

No último parágrafo, a expressão “posto isso” contribui para a

- (A) tomada de posição com o objetivo explicativo.
 (B) introdução de um argumento novo com o propósito de confrontá-lo com o anterior.
 (C) inserção de uma ressalva preventiva contra críticas à opinião do autor.
 (D) retomada das ideias do texto com finalidade conclusiva.

Leia o texto a seguir para responder às questões 07 e 08.

O CORONEL PEDRO MELO

No frio da manhã, o coronel Pedro Melo ia pela estrada montado na sua grande mula, a maior de que havia notícia naquela região. Tilintava as esporas, as rodelas dos freios, as fivelas e bombas do arreo e da cabeçada. Atrás iam os dois jagunços, Mulato e Resto-de-Onça, cada qual com sua repetição alceada no ombro. Os cascos batiam nas pedras. Pelos baixos, a neblina ia densa, molhando o capim que pegava a amarelar. Os bem-te-vis cantavam pelos altos angicos.

Pedro Melo dirigia-se para a Grota, ia pôr seu filho Artur a par de tudo que se passava no povoado, queria dar-lhe parte das exigências de Vicente Lemes.

O velho olhava sobranceiro a paisagem que lhe era tão familiar. Quantas vezes já passaram por ali, nem sabia ao certo! Julgava-se o criador daquela paisagem, daqueles caminhos, daquelas cercas, daqueles muros e daquelas pontes. Tudo saíra de suas mãos ou das de seu filho. Era o criador e dono daquilo tudo. No entanto, Vicente Lemes e Valério Ferreira pretendiam governar. Essa era boa! Uns preguiçosos daquela marca! Que é que eles já haviam feito para a região, a não ser fuxicos e mais fuxicos? Pela frente corria a estrada orvalhada e ainda sem sol. Era uma estrada carreira.

ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

— QUESTÃO 07 —

O trecho integra o romance *O tronco*, que remete a um importante fato histórico goiano do início do século XX. A ambientação da cena, a caracterização e o pensamento do coronel Pedro Melo sugerem que esse fato está relacionado

- (A) ao confronto entre membros de uma mesma família.
 (B) à disputa pela posse de terras férteis e produtivas.
 (C) à luta de poder político em contexto ruralista.
 (D) ao conflito de interesses entre patrões e empregados.

— QUESTÃO 08 —

No trecho “Essa era boa! Uns preguiçosos daquela marca!”, o ponto de exclamação funciona como um recurso auxiliar na composição

- (A) do ambiente, para expressar a constituição física do enunciador.
 (B) da avaliação moral do velho a respeito de Vicente Lemes e Valério Ferreira.
 (C) de uma nova fase na vida do coronel Pedro Melo e de seu filho.
 (D) de uma estrutura hierárquica entre os personagens do romance.

ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL E EM GOIÁS**— QUESTÃO 09 —**

Ao tratar sobre os impedimentos, o Código de Processo Civil dispõe que é proibido ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando

- (A) herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- (B) credor ou devedor de alguma das partes ou de seus parentes em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
- (C) recebedor de dívidas antes ou depois de iniciado o processo.
- (D) cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.

— QUESTÃO 10 —

O Supremo Tribunal Federal compõe-se de

- (A) 11 (onze) Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) 15 (quinze) Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (C) 27 (vinte e sete) Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- (D) 33 (trinta e três) Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Congresso Nacional.

— QUESTÃO 11 —

Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observada, relativamente a seus membros, entre outras, a garantia da vitaliciedade, após

- (A) seis meses de exercício, não podendo perder o cargo senão por regular procedimento administrativo ou judicial.
- (B) um ano de exercício, não podendo perder o cargo senão por decreto do respectivo Procurador-Geral.
- (C) dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (D) três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decreto do Colégio de Procuradores.

— QUESTÃO 12 —

Na organização judiciária do Estado de Goiás, a comarca de Goiânia classifica-se como de entrância

- (A) inicial.
- (B) intermediária.
- (C) final.
- (D) especial.

— QUESTÃO 13 —

Na comarca de Goiânia-GO, a execução das penas privativas de liberdade em regime semiaberto e aberto, exceto o regime aberto domiciliar, bem como o acompanhamento e a fiscalização do livramento condicional, é de competência do

- (A) 5º Juizado Especial Criminal.
- (B) 6º Juizado Especial Criminal.
- (C) 7º Juizado Especial Criminal.
- (D) 8º Juizado Especial Criminal.

— QUESTÃO 14 —

A Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás compõe-se de dezessete desembargadores, a saber: o Presidente do Tribunal de Justiça, os oito desembargadores mais antigos e oito desembargadores eleitos

- (A) pelo Plenário para mandato de dois anos, respeitados os direitos adquiridos.
- (B) pela Comissão de Regimento e Organização Judiciária para mandato de três anos, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) pelo Conselho Superior da Magistratura para mandato de quatro anos, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) pela Comissão de Seleção e Treinamento para mandato de cinco anos, respeitados os direitos adquiridos.

— QUESTÃO 15 —

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás abriga, em sua composição,

- (A) uma Seção Cível e duas Câmaras Cíveis.
- (B) duas Seções Criminais e quatro Câmaras Criminais.
- (C) duas Seções Cíveis e seis Câmaras Cíveis.
- (D) três Seções Criminais e seis Câmaras Criminais.

— QUESTÃO 16 —

A Corregedoria-Geral da Justiça em Goiás conta em sua estrutura com

- (A) 2 (dois) Juízes Auxiliares.
- (B) 3 (três) Juízes Auxiliares.
- (C) 4 (quatro) Juízes Auxiliares.
- (D) 5 (cinco) Juízes Auxiliares.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**— QUESTÃO 17 —**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 destaca que o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias em caso de

- (A) ameaça grave à ordem pública.
- (B) calamidade pública e desordem pública.
- (C) relevância e urgência.
- (D) violação de direitos humanos.

— QUESTÃO 18 —

Constitui competência privativa da União legislar sobre

- (A) juntas comerciais.
- (B) educação, cultura, ensino e desporto.
- (C) propaganda comercial.
- (D) produção, exportação, financiamento e consumo.

— QUESTÃO 19 —

Acerca da repartição de competências, a Constituição Federal de 1988 destaca como sendo competência da União, do Distrito Federal e dos Estados, legislar sobre

- (A) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- (B) custas dos serviços forenses.
- (C) serviço postal.
- (D) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

— QUESTÃO 20 —

Ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) compete julgar

- (A) os membros dos Ministérios Públicos atuantes perante os tribunais.
- (B) os Desembargadores, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- (C) os membros dos Tribunais de contas, apenas nos crimes comuns.
- (D) os Governadores dos Estados, nos crimes de responsabilidade.

— QUESTÃO 21 —

Em conformidade com a Lei Federal n. 8.666/93, a modalidade de licitação que comporta menor formalismo, por se destinar a contratações de menor vulto, denomina-se

- (A) concurso.
- (B) pregão.
- (C) convite.
- (D) concorrência.

— QUESTÃO 22 —

O atributo no qual se reveste a Administração Pública em relação a terceiros, mesmo que contrariamente à sua concordância, denomina-se

- (A) imperatividade.
- (B) autoexecutoriedade.
- (C) competência.
- (D) vinculação.

— QUESTÃO 23 —

A faculdade que tem a Administração Pública de revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência, oportunidade ou ainda, quando evitados de vícios, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial, diz respeito ao princípio da

- (A) finalidade.
- (B) anterioridade.
- (C) legalidade.
- (D) autotutela.

— QUESTÃO 24 —

Para a Administração Pública, o poder de polícia

- (A) consiste no ato legal que dá respaldo à prisão em flagrante daqueles que cometem crimes.
- (B) é exercido contra aqueles que perturbam a ordem pública ou privada.
- (C) consiste na atividade de limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade.
- (D) é exclusivo das instituições policiais como um todo.

— RASCUNHO —

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL**— QUESTÃO 25 —**

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou que 5.924.117 milhões de brasileiros gastam entre uma e duas horas por dia com o deslocamento para trabalho. A maior parte desse universo de pessoas está concentrada nas metrópoles brasileiras. Entre as razões que explicam esse padrão de deslocamento está a

- (A) descentralização dos setores com grande oferta de emprego, a exemplo dos serviços e do comércio.
- (B) redução no uso do transporte público, o que dificultou o deslocamento dos residentes nos municípios periféricos.
- (C) possibilidade de crédito para aquisição de veículos automotores, o que ampliou consideravelmente a frota.
- (D) crescente distância entre local de trabalho e moradia, somada aos problemas de mobilidade no trânsito.

— QUESTÃO 26 —

O processo de surgimento das cidades brasileiras pode ser interpretado, historicamente, a partir da compreensão das diferentes atividades econômicas desenvolvidas no país. Considerando-se o período áureo da mineração, o padrão geográfico de criação das cidades destaca

- (A) as áreas do interior, predominantemente Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.
- (B) as áreas do sertão nordestino, favorecido pelo ciclo da pecuária.
- (C) a área da bacia amazônica, favorecida pelas possibilidades de transporte fluvial.
- (D) a linha costeira, com a fundação de cidades fortificadas.

— QUESTÃO 27 —

A produção agrícola brasileira exerce forte peso na economia nacional. No universo dessa produção estão os produtores familiares, cuja produção tem como característica

- (A) a subordinação às grandes empresas agrícolas dominantes da cadeia da produção e do consumo.
- (B) a diversificação de atividades produtivas, com predomínio da agricultura, e práticas de trabalho com pouca ou nula participação de mão de obra contratada.
- (C) a predominância da atividade pecuária, especialmente o confinamento para ganho rápido de peso.
- (D) a utilização de princípios gerenciais hierárquicos, resultante da modernização produtiva.

— QUESTÃO 28 —

A região Centro-Oeste é conhecida por abrigar capitais planejadas para exercerem funções políticas e administrativas. Entre essas capitais, estão

- (A) Curitiba e Porto Velho.
- (B) Belo Horizonte e Cuiabá.
- (C) Goiânia e Brasília.
- (D) Campo Grande e Palmas.

— QUESTÃO 29 —

Leia o texto a seguir.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Fragmento da Carta-testamento de Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas>>. Acesso em: 13 maio 2012.

Getúlio Vargas, como presidente do Brasil, governou o país orientando-se por um conjunto de práticas políticas baseadas no carisma e no contato direto com as massas urbanas. A ideologia empregada nessa forma de governar é conhecida como

- (A) populismo.
- (B) comunismo.
- (C) liberalismo.
- (D) socialismo.

— QUESTÃO 30 —

A economia brasileira sempre manteve fortes vínculos com a extração mineral. Desde o período colonial, a Coroa Portuguesa considerava a mineração um dos principais setores da economia. Entre 1707 e 1709, pelo direito de exploração das jazidas de ouro na região das Minas Gerais, iniciou-se um confronto entre os bandeirantes paulistas, que reivindicavam a exclusividade da atividade mineradora, e outro grupo formado por portugueses e migrantes de outras regiões do Brasil. Esse conflito ficou conhecido como

- (A) Guerra de Canudos.
- (B) Guerra dos Farrapos.
- (C) Guerra do Paraguai.
- (D) Guerra dos Emboabas.

— QUESTÃO 31 —

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007. Hoje, no governo de Dilma Rousseff, o programa encontra-se na sua segunda fase, denominado de PAC2. O principal objetivo anunciado nessa nova fase do programa consiste em

- (A) investir em projetos de moradia, possibilitando a ascensão social, a queda dos níveis de pobreza e o aumento da expectativa de vida.
- (B) aumentar o ritmo da economia, combinando esse aumento com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social.
- (C) estabilizar a moeda brasileira, protegendo a economia do Brasil das fortes investidas da crise capitalista mundial.
- (D) combater a inflação, reduzindo os preços de alimentos e serviços de interesse público, como o transporte coletivo urbano.

— QUESTÃO 32 —

Os resultados do Censo de 2010 permitem verificar que a população brasileira cresceu quase 20 vezes desde o primeiro recenseamento realizado, em 1872. Contudo, o ritmo desse crescimento vem decaindo nas últimas décadas, chegando a um aumento médio geométrico anual de 1,17% para a última década.

Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acesso em: 12 maio 2012.

Entre outros motivos, a redução do ritmo de crescimento da população brasileira é reflexo

- (A) do desenvolvimento de políticas governamentais de controle da natalidade.
- (B) do aumento dos índices de criminalidade e mortes violentas.
- (C) da melhoria das condições de saneamento e de acesso à saúde pública.
- (D) da migração para o exterior em busca de melhores condições de trabalho.

— RASCUNHO —

INFORMÁTICA BÁSICA**— QUESTÃO 33 —**

O mecanismo de gerenciamento de arquivos e pastas do Windows 7, que agrupa arquivos de diferentes locais e os exibe em uma única coleção, sem mover esses arquivos de onde estão armazenados, chama-se

- (A) agrupamento.
- (B) repositório.
- (C) arranjo.
- (D) biblioteca.

— QUESTÃO 34 —

A combinação de teclas no Microsoft Word 2007 que permite abrir uma janela para configurações de impressão do documento corrente é

- (A) Ctrl + I.
- (B) Ctrl + P.
- (C) Ctrl + Alt + I.
- (D) Ctrl + Alt + P.

— QUESTÃO 35 —

Ao espaço de armazenamento temporário do Windows no qual podem ser copiadas informações de aplicativos, como textos e imagens, e depois coladas deste em outro lugar, dá-se o nome de

- (A) Meu Computador.
- (B) Painel de Controle.
- (C) Área de Transferência.
- (D) Minhas Imagens.

— QUESTÃO 36 —

A extensão de um arquivo é o conjunto de caracteres adicionados ao final de seu nome, que serve para identificar o tipo ou o formato do arquivo. A extensão padrão de arquivos do editor de texto LibreOffice Writer 3 é

- (A) .odt
- (B) .wri
- (C) .txt
- (D) .rtf

— QUESTÃO 37 —

Pen drives são dispositivos portáteis de tamanho e forma variados, usados para armazenamento de dados, que são conectados diretamente a uma porta

- (A) USB.
- (B) HDMI.
- (C) PS/2.
- (D) VGA.

— QUESTÃO 38 —

Navegadores web permitem que um usuário registre em uma lista os endereços dos sites que ele visita com maior frequência. No navegador Internet Explorer 9, essa lista é conhecida como

- (A) Prediletos.
- (B) Favoritos.
- (C) Preferidos.
- (D) Navegados.

— QUESTÃO 39 —

A ferramenta de busca do Google possui recursos avançados de pesquisa que podem auxiliar um usuário a encontrar o que procura com maior precisão e rapidez. Nesse contexto, que consulta teria como resultado todas as páginas web que contêm a frase *escrevente judiciário*, nesta ordem, excetuando as páginas web do site www.tjgo.jus.br?

- (A) *escrevente judiciário* -http://www.tjgo.jus.br
- (B) *escrevente AND judiciário* -site:www.tjgo.jus.br
- (C) "*escrevente judiciário*" -http://www.tjgo.jus.br
- (D) "*escrevente judiciário*" -site:www.tjgo.jus.br

— QUESTÃO 40 —

Que nome se dá ao campo específico de uma mensagem de correio eletrônico quando esta se endereça a uma lista de destinatários cujos endereços não se deseja revelar aos demais destinatários dessa mensagem?

- (A) Para
- (B) Cc
- (C) Cco
- (D) Assunto

— RASCUNHO —

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO**— QUESTÃO 41 —**

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os pródi-gos.
- (B) os que, por deficiência mental, tenham o discerni-mento reduzido.
- (C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental com-pleto.
- (D) os que, mesmo transitoriamente, não puderem expri-mir sua vontade.

— QUESTÃO 42 —

São inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualifica-ção, na forma que a lei determinar, os bens

- (A) públicos de uso comum do povo e os públicos de uso especial.
- (B) públicos dominicais.
- (C) particulares de propriedade de menores.
- (D) particulares de natureza condominial e de proprieda-de de idosos.

— QUESTÃO 43 —

Segundo o que dispõe expressamente o Código de Pro-cesso Civil, os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das

- (A) 6 (seis) às 18 (dezoito) horas.
- (B) 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- (C) 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- (D) 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

— QUESTÃO 44 —

No processo civil, quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público, o prazo será computado em

- (A) quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- (B) triplo para contestar.
- (C) quádruplo para recorrer.
- (D) dobro para contestar e em triplo para recorrer.

— QUESTÃO 45 —

Nos crimes de ação penal pública condicionada à repre-sentação, o ofendido decai do direito de representação se não o exerce dentro do prazo de

- (A) 3 (três) meses, contado do dia em que o crime se consumou ou deveria se consumir.
- (B) 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.
- (C) 9 (nove) meses, contado do dia em que foi registrada a ocorrência na delegacia.
- (D) 12 (doze) meses, contado do dia em que foi lavrado o termo circunstanciado de ocorrência.

— QUESTÃO 46 —

Segundo o Código Penal, as penas restritivas de direitos serão aplicadas da seguinte maneira:

- (A) a prestação pecuniária consistirá no pagamento em dinheiro à vítima, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário-mínimo nem superior a 100 (cem) salários-mínimos.
- (B) a perda de bens e valores pertencentes aos condena-dos dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em fa-vor do Fundo Penitenciário Estadual, e seu valor terá como teto o montante do prejuízo causado.
- (C) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas será aplicável às condenações superiores a 6 (seis) meses de privação da liberdade, e consistirá na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.
- (D) a limitação de fim de semana consistirá na obrigação de permanecer, aos sábados, domingos e feriados, por 4 (quatro) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

— QUESTÃO 47 —

Acerca da intervenção do assistente do Ministério Público no processo penal, a legislação em vigor dispõe que

- (A) o assistente será admitido até o trânsito em julgado da sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- (B) o corréu no mesmo processo poderá intervir na ação penal pública como assistente do Ministério Público.
- (C) o Ministério Público será dispensado de dar parecer acerca da intervenção do assistente.
- (D) o despacho judicial que admitir a intervenção do as-sistente será passível de recurso e este terá efeito suspensivo.

— QUESTÃO 48 —

Nos termos do Código de Processo Penal, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular caberá apelação no prazo de

- (A) 2 (dois) dias.
- (B) 5 (cinco) dias.
- (C) 8 (oito) dias.
- (D) 10 (dez) dias.

— QUESTÃO 49 —

Segundo o que dispõe o Código de Processo Civil, quando se verificar que o réu a ser citado é demente,

- (A) o escrivão passará certidão, na qual descreverá mi-nuciosamente a ocorrência.
- (B) o juiz nomeará uma junta, composta por, no mínimo, 3 (três) médicos, a fim de examinar o citando.
- (C) o réu deverá apresentar laudo médico comprobatório da doença no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- (D) o juiz dará ao citando um curador, a quem incumbirá a defesa do réu, e em cuja pessoa será feita a citação.

— QUESTÃO 50 —

É requisito da citação por edital no processo civil, entre outros,

- (A) a publicação do edital no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez no jornal local, onde houver, e pelo menos duas vezes no órgão oficial.
- (B) a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver.
- (C) a publicação do edital no prazo máximo de 20 (vinte) dias, duas vezes no órgão oficial e pelo menos três vezes em jornal local, onde houver.
- (D) a publicação do edital no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias, três vezes no jornal local, onde houver, e pelo menos duas vezes no órgão oficial.

— QUESTÃO 51 —

Segundo o Código de Processo Civil, não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados

- (A) pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria.
- (B) por oficial de justiça ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrevente ou magistrado.
- (C) por edital, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
- (D) por carta precatória, com prazo máximo de 30 (trinta) dias.

— QUESTÃO 52 —

Nos termos do Código de Processo Penal, quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por

- (A) mandado.
- (B) carta precatória.
- (C) edital.
- (D) carta de ordem.

— QUESTÃO 53 —

No processo penal, a citação por edital terá o prazo de

- (A) 05 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 20 (vinte) dias.

— QUESTÃO 54 —

Segundo o Código de Processo Penal, será sempre pessoal a intimação

- (A) do defensor constituído e do assistente.
- (B) do Ministério Público e do defensor nomeado.
- (C) do advogado do querelante.
- (D) do acusado menor de 21 anos.

— QUESTÃO 55 —

Nos termos do Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, é dever ou atribuição dos servidores da justiça em geral

- (A) permanecer na escrivania nas horas destinadas ao expediente forense.
- (B) autenticar cópias e fotocópias de peças ou documentos originais que detiver ou lhe forem apresentados em razão de seu ofício.
- (C) tomar em livro próprio os termos de audiência e transladá-los para os autos, exceto os que devam ser lavrados.
- (D) numerar e rubricar todas as folhas de processos em que funcionar ou de documentos que expedir.

— QUESTÃO 56 —

Incumbe ao escrevente, além da execução de tarefas que lhe forem cometidas pelo titular do cartório em que estiver lotado

- (A) retirar ou permitir a retirada da escrivania dos autos originais, em qualquer hipótese.
- (B) passar certidões, sem despacho do juiz, nos processos de arresto ou sequestro ou de busca e apreensão, antes de realizada, bem como nos processos formados em segredo de justiça.
- (C) cancelar, riscar, emendar, rasurar e fazer entrelinhas sem consignar no fim a devida ressalva.
- (D) funcionar, nas escrivanias, em todos os feitos cíveis ou criminais, por determinação do respectivo escrivão ou do próprio juiz a que estiver subordinado.

— QUESTÃO 57 —

É defeso ao servidor da justiça

- (A) manter irrepreensível comportamento no exercício de suas funções.
- (B) obedecer às ordens e decisões de seus superiores.
- (C) fazer pedidos ao magistrado a respeito de processos sujeitos a julgamento.
- (D) cumprir, nos prazos previstos, as atribuições de seu cargo ou emprego.

— QUESTÃO 58 —

A pena de demissão é aplicável ao servidor da justiça que abandonar o cargo, fora dos casos permitidos em lei, por mais de

- (A) quinze dias consecutivos, ou por mais de trinta dias interpolados, no período de três meses.
- (B) vinte dias consecutivos, ou por mais de trinta e cinco dias interpolados, no período de seis meses.
- (C) vinte e cinco dias consecutivos, ou por mais de quarenta dias interpolados, no período de nove meses.
- (D) trinta dias consecutivos, ou por mais de quarenta e cinco dias interpolados, no período de doze meses.

— QUESTÃO 59 —

Nos termos da Lei Estadual n. 14.376/2002, que dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do Estado de Goiás,

- (A) é vedada a cobrança de custas ou emolumentos por atos retificatórios ou renovatórios, em razão de erro imputável à serventia.
- (B) é permitido ao notário ou registrador cotar emolumentos pelo total, estando dispensados de discriminar as parcelas.
- (C) são isentos de custas e emolumentos os atos e procedimentos de interesse de menores, em qualquer hipótese.
- (D) são considerados de valor inestimável os incidentes, inclusive os de embargos de terceiros.

— QUESTÃO 60 —

Estão entre os servidores obrigados a ter, nas escriturarias e serventias e à disposição dos interessados, um exemplar do Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do Estado de Goiás:

- (A) o assistente social e o depositário público.
- (B) o avaliador público e o oficial de justiça.
- (C) o contador e o oficial de registro.
- (D) o escrevente e o juiz de direito.

— RASCUNHO —

PROVA DISCURSIVA**— QUESTÃO 1 —**

Elabore um mandado de citação de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

Dados que poderão ser utilizados:

- a) Comarca de Goiânia-GO
- b) Acusado – Brunildo das Dores, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, nascido em 17/02/1989, filho de Imaculada das Dores, residente na Rua da Liberdade, n. 171, Jardim da Utopia, Goiânia-GO
- c) Vítima – Alfonso dos Anjos, brasileiro, casado, médico, nascido em 27/11/1958, filho de Antero dos Anjos e de Mariquinha dos Anjos, residente na Rua da Esperança, n. 133, Setor dos Universitários, Goiânia-GO
- d) Infração penal: roubo simples (art. 157, *caput*, CP)
- e) Nome do escrivão: Aristarco Quaresma
- f) Nome do juiz: Salustiano da Consolação
- g) Nome do advogado do acusado: Dr. Vivaldo Sussuarana
- h) Nome do advogado da vítima: Dr. Jocivaldo Quiroga
- i) Data: 11 de junho de 2012

Obs.: 1- Na elaboração da peça, o candidato só poderá utilizar os dados fornecidos na prova, sob pena de eliminação;

2- Os dados fornecidos poderão ou não, em sua integralidade, fazer parte da peça a ser elaborada, cabendo ao candidato avaliar os dados que são necessários para esse fim.

(3.0 pontos)

— QUESTÃO 2 —

Suponha que, por três vezes, um oficial de justiça procure um réu em sua residência para citá-lo pessoalmente, sem, no entanto, o encontrar. Tal situação gerou no oficial de justiça a suspeita de que o réu se oculta para não ser citado. A partir dessas informações, elabore um texto, com no máximo 40 linhas, especificando o tipo de citação a ser efetuada, o procedimento a ser seguido pelo oficial de justiça antes, durante e depois dessa citação, bem como o procedimento a ser seguido pelo escrivão após a realização da citação.

(7.0 pontos)

